

Debate sobre o superávit vai dominar ano eleitoral

EDNA SIMÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

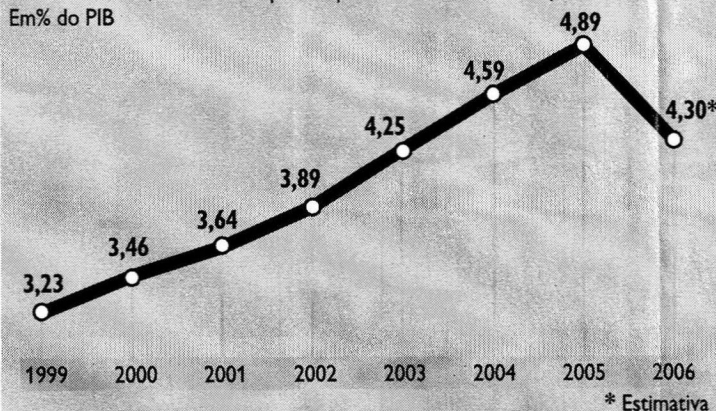
A disputa eleitoral deve acelerar os gastos do governo neste ano e esquentar as discussões em torno do patamar do superávit primário (receita menos despesas, excluindo pagamento de juros). A perspectiva é de que a economia para pagamento de juros do governo fique bem próxima dos 4,25% do PIB, variando entre 4,3% e 4,35% do PIB, para sobrar espaço para investimentos. Nos últimos anos, o esforço fiscal tem sido bem maior do que as metas fixadas e vem sendo feito às custas de sucessivos recordes de arrecadação de impostos, que somente no ano passado atingiu R\$ 364,136 bilhões.

Diante deste cenário, o arrocho fiscal continuará insuficiente para custear os gastos com juros, que fizeram a dívida pública ultrapassar a marca psicológica de R\$ 1 trilhão (51,6% do PIB). Mesmo economizando menos em 2006, a expectativa é de queda na relação dívida/PIB por causa da perspectiva de baixa da Selic, que atualmente está em 17,25% ao ano. Se a taxa básica de juros fechar o ano em 15%, como prevê o mercado, a dívida pública deve fechar o ano representando 50,7% do PIB – patamar ainda considerado elevado.

A divulgação do resultado das contas públicas, nesta semana, só reforçou a discussão de que o BC exagerou ao deixar a taxa Selic elevada por um prazo muito longo. “O BC está dando um tiro no pé do Tesouro Nacional. O que distorce a relação dívida/PIB são as taxas de juros do país, que são as mais altas do mundo. Este patamar de juros só desestimula o investimento e reduz a oferta de produção, o que causa inflação”, afirmou o consultor sobre finanças públicas, Amir Khair, referindo-se ao fato de que mais de 50% da dívida pública é corrigida a Selic.

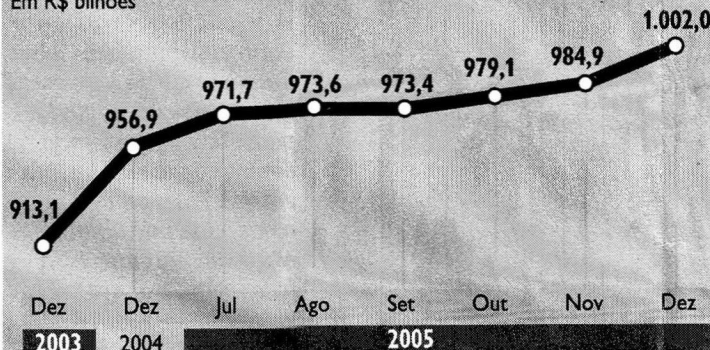
SALDO POSITIVO

De 1999 a 2005, a meta de superávit primário saltou de 3,1% para 4,25% do PIB Em% do PIB



Dívida líquida do setor público

Em R\$ bilhões



A relação dívida/PIB é um dos números mais analisados pelas agências de classificação de risco, pois mede a capacidade de um país honrar seus compromissos. No ano passado, este percentual foi de 51,6% do PIB, praticamente estável na comparação com 2004, mesmo com o superávit primário recorde de R\$ 93,5 bilhões (4,84% do PIB). Apesar da economia extra de R\$ 11,355 bilhões, o esforço feito pelo governo foi insuficiente para bancar os gastos, também recordes, com juros de R\$ 157,1 bilhões.

Segundo Amir Khair, o BC pre-

cisa deixar de ser conservador e reduzir de forma mais consistente a taxa básica de juros. O cenário ideal seria que a autoridade mo-

netária acelerasse o ritmo de queda da Selic para fechar o ano em 10% ou 11%. “Ainda assim estaria distante dos países emergentes cuja a taxas de juros nominais variam entre 6% e 7%”, afirmou. Para ele, se este raciocínio fosse seguido em 2007, a Selic atin-

giria os percentuais de economias emergentes e a relação dívida/PIB cairia consideravelmente.

O economista da consultoria Tendências, Guilherme Loureiro,

projeta que os gastos com juros do governo cairão para 7,55% no final deste ano, ante de 8,13% do PIB de 2005, o que deverá refletir num endividamento menor para o país. “A relação dívida/PIB de 51,3% no ano passado não é preocupante devido a trajetória de queda da Selic. O problema é que para pagar esta dívida tão grande é preciso gerar tributos altos, ou seja, tirar dinheiro da sociedade e das empresas para financiar o governo”, destacou.

Mesmo considerando impossível um aumento do superávit primário neste ano, Loureiro acredita que a alternativa para acelerar a diminuição da dívida pública é elevar o superávit primário de 4,25% para 5% do PIB. “Ter um superávit primário de 5% por um prazo longo faria a relação dívida/PIB cair para 40%, algo considerado razoável”.

O economista do Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (Ipea), Fabio Giambiasi, explicou que o governo não poderá relaxar a política fiscal devido ao ano eleitoral. “Se isso ocorrer, a equipe econômica terá dificuldades de cumprir a meta de inflação para 2006”, afirmou. Segundo ele, o superávit primário de 4,25% do PIB está adequado. O problema é que as taxas de juros elevadas acabam corroendo todo esforço feito e impedem uma diminuição consistente da dívida pública.

Ansiedade

O mercado aguarda ansiosamente a divulgação, neste mês de fevereiro, dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) de 2005. Os números podem influenciar a relação dívida/PIB do ano passado. “O PIB não está fechado e podemos ter surpresa”, afirmou Khair. Segundo ele, como o IGP-M ficou abaixo de 5% n ano passado, o valor pode contribuir para aumentar a relação dívida/PIB. Para divulgar as contas públicas, o Banco Central trabalhou com a previsão de crescimento de 2,6%.

RECEITA
R\$ 364
BI

*foi o quanto o país
arrecadou em impostos
no ano passado*